

Projeto obriga empresa a dar transparência a salário de homens e mulheres

Mercado de trabalho Desigualdade de gênero

Multa de até 10 vezes o maior salário

Projeto de lei do governo aumenta valor da autuação para empresas que mantiverem vencimentos diferentes entre homens e mulheres; Congresso precisa aprovar proposta

WESLEY GALZO BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou ontem, Dia Internacional da Mulher, um projeto de lei que prevê uma multa de até dez vezes o maior salário pago pela companhia a empresários que mantiverem diferentes remunerações entre homens e mulheres.

Pela legislação atual, a multa é de 50% do maior benefício pago pela Previdência Social, o que equivale a R\$ 3.753,75. Caso a proposta divulgada ontem passe pelo Congresso, a autuação será feita pelo Ministério do Trabalho. A fiscalização vai ocorrer com base em denúncias. Segundo a ministra do Planejamento, Simone Tebet, o governo exigirá de empresários averiguações um "relatório de transparência" sobre os salários pagos pela empresa.

DIFERENÇA. Dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a diferença dos vencimentos de homens e mulheres está em 22%. Isso significa que uma trabalhadora brasileira recebe, em média, 78% do que ganha um homem desempenhando a mesma função.

"(O presidente Lula) Entende ser esse (o pagamento de salários iguais), entre os vários programas apresentados (no projeto de lei), (como) o mais importante, porque nós estamos falando de igualdade na base", disse Tebet ontem na cerimônia de apresentação do projeto de lei, que teve a presença de todas as 11 ministras do governo, das presidentes dos bancos públicos federais e da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja.

"Esta lei é para que, nos bancos, nas fábricas e nas lojas ninguém ganhe menos pelo fato de ser mulher", afirmou Lula. "Com a lei de equiparação salarial que apresentamos agora, fizemos a questão de colocar a palavra 'obrigatoriedade'."

Mercado de trabalho Desigualdade de gênero

Texto obriga empresa a produzir relatórios sobre salários pagos

Projeto enviado ao Congresso Lula em 'transparência remuneratória'; especialistas veem risco de judicialização

WESLEY GALZO BRASÍLIA LUCIANA DYNWELER SACRATÓ

O projeto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso ontem para obrigar empresas com mais de 50 funcionários a produzir relatórios de transparência salarial e remuneratória de homens e mulheres, pelo primeiro dia do mês de março, pelo Ministério do Trabalho e Emprego ficará responsável por regulamentar como deverão ser feitos esses relatórios — que deverão conter dados pessoais.

Especialistas ouvidos pelo Estadão disseram que os dados são importantes para ajudar a resolver a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, mas resultaram a dificuldade de obter sua aplicação e o risco de judicialização.

Pelo texto, quando houver discrepância entre os salários de um conjunto de mulheres e os do conjunto de homens, a empresa deverá apresentar um plano para reduzir a desigualdade, com metas e prazos. Se no caso de a empresa não cumprir a meta, a multa é de cinco vezes o maior salário

Propostas

Veja algumas medidas anunciadas pelo governo

Lula enviará para análise de deputados e senadores um projeto de lei para promover a igualdade salarial entre homens e mulheres que ocorrerá a mesma função, ponto já previsto na legislação atual. Segundo a ministra do Planejamento, Simone Tebet, a multa para quem descumprir, caso a proposta seja aprovada, será de dez vezes o maior salário da empresa. Segundo o governo, o texto prevê medidas para que empresas sejam mais transparentes e para fortalecer a fiscalização e o combate à discriminação salarial.

Segurança Investimento de R\$ 270 milhões na implantação de 46 unidades da Casa da Mulher Brasileira, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. O governo também o programa Mulher Viver Bem Violência, que prevê a criação de 270 centros para a atenção

Maria da Penha nos 26 Estados e no Distrito Federal

Vítimas de violência O governo anunciou um decreto que regulamenta a cota de 5% da mão de obra para mulheres vítimas de violência em contratações públicas na administração federal direta, autárquicas e fundações.

Trabalho sem violência O governo vai realizar a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), primeiro tratado internacional a reconhecer o direito de todas as pessoas a um mundo de trabalho livre de violência e assédio, incluindo violência de gênero.

Assédio no serviço público O governo anunciou a criação de uma política de enfrentamento ao assédio sexual e moral e discriminação na administração pública federal.

Equidade no SUS O governo criou o Programa Nacional de Equidade de Gênero. Hoje o Brasil tem 1,7 milhão de trabalhadoras no SUS. A portaria foi publicada no Diário Oficial da União ontem.

O que equivale a R\$ 3.753,75. (No Reino Unido, uma lei trabalhada em 2017 obrigou empresas com mais de 250 empregados a publicar a diferença salarial no

Construção de creches O governo anunciou a retomada das obras de 1,5 mil creches que estavam paralisadas.

Formação O governo informou a abertura de vagas em cursos e programas de educação profissional e tecnológica para 20 mil mulheres em vulnerabilidade.

Ciência e pesquisa O governo anunciou a Política Nacional de Incentivo, Desenvolvimento e Apoio às Mulheres em Ciência, Tecnologia e Inovação. A previsão é que o CNPq disponibilize R\$ 100 milhões para financiar projetos de mulheres nas áreas de ciências exatas, engenharia e computação.

Dia Marielle Franco O governo anunciou o Dia Nacional Marielle Franco, lembrado a nível local, regional, estadual e nacional.

Idade da menstruação O governo anunciou um decreto com o compromisso de distribuição gratuita de absorventes no SUS.

pagamento de homens e mulheres. Tais dados não divulgados publicamente em um site do governo. Comparação que demonstra diferença salarial de gênero.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1 e 2